

Um narrador casmurro? – Graciliano Ramos, leitor de Machado no Brasil dos anos 1930

Prof^a Dr^a Ana Paula Pachecoⁱ

Resumo:

A proposta é analisar o romance São Bernardo (1934), de Graciliano Ramos, investigando possíveis linhas de continuidade com relação ao romance machadiano; D. Casmurro (1900) em especial. A aproximação, quando sugerida pela crítica brasileira, viu no autoritarismo de Paulo Honório e no pacto retórico que ele estabelece com o leitor as marcas de um narrador não-confiável. Viu-se ainda, no romance, a presença de um “modo irônico” de composição, sem que, porém, se discutisse a especificidade e a função da estratégia autoral. Nossa comunicação, que se inicia a partir da constatação das similaridades das peripécias – o casamento dos personagens-narradores com mulheres em situação econômico-social inferior, a posse, o ciúme e a destruição progressiva da parte “mais fraca” –, pretende discutir as diferenças constitutivas da forma e portanto do quadro social específico a São Bernardo. Desse modo, trata-se de atentar para algumas singularidades do romance de Graciliano e buscar sua interpretação: a voz do mando tradicional, flagrada no momento de sua crise, em tensão com o novo momento da modernização brasileira; a reconfiguração dos significados do cinismo de classe; a figuração específica do proprietário rural reificado.

Palavras-chave: Graciliano Ramos e Machado de Assis, *São Bernardo* e *D. Casmurro*, forma literária e modernização brasileira, década de 1930.

Introdução

Se a realidade material e histórica do espírito puder nos servir como ponto de partida, será simples reconhecer que os narradores de *São Bernardo* e de *D. Casmurro* têm algo em comum. Sua “atividade cultural” não esconde o caráter de classe inerente ao privilégio do ócio. Isto é, o empenho em escrever livros de memória, passando a limpo a vida segundo um ponto de vista que a ordene do melhor modo possível – acima de tudo para si mesmos – supõe o tempo livre para recoser o vivido a partir de um ponto de fuga, mais ou menos elidido, em que tudo faça sentido (um **determinado** sentido) ou, no caso de Paulo Honório, em que o arrependimento e o reconhecimento da própria “monstruosidade”, no espelho em branco da página, dê conta de redimir meios e fins. Vale notar, de início, que a destruição completa da mulher de origem de classe inferior à sua [dos narradores] concentra, nas duas histórias, razões “pessoais” e de posição social. De tal modo que destruir o cônjuge equivale, em ambos os casos, a destruir um oponente de classe. Digamos que *São Bernardo* explicita este último ponto na medida em que Madalena desenvolve, nas terras do cônjuge, atividades (entre elas a própria conversa com os trabalhadores) cujo cunho político vai se tornando inequívoco aos olhos do marido, ainda que se trate de uma política restrita ao âmbito local daquela propriedade e a bem da justiça simplesmente. Nesse sentido, arrisco dizer que Graciliano, leitor de Machado, percebeu o **caráter de classe** formalizado no narrador machadiano e nele insistiu, transpondo-o para **outro contexto** no qual a atualidade e a ressignificação histórica da arbitrariedade dos “de cima”, e também a ressignificação histórica do cinismo e da disposição sobre o destino dos (economicamente) “mais fracos”, estarão no centro da releitura.

Sem dúvida, porém, a voz do mando (em crise) representada por Graciliano não é a mesma voz da elite representada por Machado de Assis. A aproximação entre romances dos dois autores, quando sugerida pela crítica brasileira (FACIOLI, 1993, p. 43-68), viu no autoritarismo de Paulo Honório e no pacto retórico que ele estabelece com o leitor as marcas de um narrador não-confiável. Viu-se ainda, no romance, a presença de um “modo irônico” de composição, sem que, porém, se discutisse a especificidade e a função da estratégia autoral. A propósito, não penso que seja possível usar tais conceitos – de narrador não-confiável e de modo irônico da composição – para o caso de *São Bernardo* sem problematizá-los. Arriscarei algo sobre isso em seguida, pensando em desenvolver minhas hipóteses num próximo trabalho.

A comparação pede uma visada ampla do que vem a ser a matéria-prima social desses dois romances, isto é, o estudo do modo como as formas sociais relativas a dois momentos históricos distintos entraram para a forma literária desses dois romances (*D. Casmurro*, como lembramos, é de 1900; *São Bernardo* é de 1934). Por outra, valeria especificar as diferenças da configuração histórico-literária dessas duas obras, sob a qual vibra no entanto a percepção de que algo se mantém, de que a alteração na representação literária não esconde a **reposição** (histórica) da figura do conservador na ordem moderna e dos modos pelos quais as elites brasileiras reeditam o mando. Como as questões são grandes e ainda exigem pesquisa de minha parte, recorto aqui um primeiro aspecto do problema – por ora mais preocupada em formular perguntas do que respostas –, com o objetivo de sugerir as diferenças de fundo e de forma entre as duas obras. O aspecto sobre o qual quero me deter diz respeito ao **ciúme como fio condutor dos dois enredos, com o significado de condensação de uma problemática social ampla**, como escreveu Roberto Schwarz sobre *D. Casmurro*, retomando uma observação de John Gledson (SCHWARZ, 1997, p. 11). Trata-se, portanto, de um tema e de um aspecto da estrutura dos dois romances, além da similaridade entre peripécias. Parece-me que também Graciliano Ramos procurou observar e representar as **implicações abjetas de certas formas de autoridade** (SCHWARZ, 1997, p. 11), entre as quais se enquadra o ciúme tal qual configurado em *São Bernardo*. Vejamos.

1 Ciúmes, aberturas, posição social

Em ambos os romances, o ciúme compõe o espírito de propriedade, extensivo ao “amor”, e pode ser lido como experiência concreta de um espírito de posse que engloba tudo (nesse sentido, o casamento de Paulo Honório com Madalena é, aliás, mais cru – uma apropriação direta – se comparado ao namoro adolescente de Bentinho).

É também desde logo visível a simetria entre a posição dos narradores diante de suas mulheres. Bento não tolera a liberdade de opinião de Capitu, exceto num primeiro momento, quando essa liberdade converge com seus interesses (não se tornar padre). Não tolera porque, além de mais moderna do que ele, Capitu é filha de um vizinho pobre. Aceitar seu espírito desembaraçado equivaleria, segundo o ângulo de Bento, a reconhecer a superioridade de uma **mulher de origem social inferior** à sua. O *impedimento do novo* (do esclarecimento que superasse o ambiente obscurantista) tem ali a ver com a **manutenção das relações senhoris**. A menina dona de si, cheia de opiniões e iniciativa, será, como sabemos, a mulher que Bento Santiago exila e isola no estrangeiro. O *Casmurro* não quer o novo, não quer o esclarecimento.

A conjunção entre ciúme, propriedade e afirmação perversa do “eu” via destruição da alteridade terá outras componentes e outro sentido em *São Bernardo*. De tal modo

que uma outra **conciliação** se dá a ver: Paulo Honório submete o novo (esteja ele simbolizado numa pessoa, Madalena e as idéias que ele designa por “comunismo”, esteja ele no incremento agrícola, no maquinário etc) à esfera do **seu** desejo; não impede o novo mas o submete aos interesses conservadores. Eis uma primeira diferença importante. Por outra, ele quer o dínamo, a modernização da produção em suas terras, mas não quer o esclarecimento, e sim, ao que tudo indica, a reposição da velha ordem na nova. Se há no início do casamento certa simetria entre a modernização dos meios produtivos em suas terras e a democratização praticada por Madalena – que inclui melhorias na escola, discussão, politização dos empregados –, Paulo Honório trata de “desativar” o pólo que não convém aos seus interesses enquanto proprietário. O que não contradiz ali seu gosto por máquinas, o recurso a financiamentos etc; muito pelo contrário. Para ele, as coisas **não podem ser como antes, mas também não devem ser exatamente novas**. Como demonstrou João Luiz Lafetá no ensaio “O mundo à revelia” (LAFETÁ, 2005, p. 72-102), o romance faz ver, na esfera da subjetividade, a primazia do capital moderno e suas leis de funcionamento (gerindo inclusive aquilo que costumamos chamar de subjetivo), isto é, toda e qualquer relação de Paulo Honório com um outro (Madalena, os trabalhadores, os amigos) passa pela **subsunção desse outro ao seu desejo**. O que equivale a dizer que, para ele, o outro não existe propriamente, ou tem o estatuto de coisa. Diferentemente de *D. Casmurro* portanto, se não estou errada, o *ciúme* adquire em *São Bernardo*, um **caráter propriamente mercantil**, por razões históricas que entraram para a forma literária. O que entretanto não impede que as heranças escravocratas e as perversões subjetivas dela decorrentes ainda falem alto no capitalista rural em franco ímpeto de “modernizar-se”, num momento em que a industrialização avança e altera também a produção e as relações sociais no campo.

A abertura de *São Bernardo* estabelece, segundo penso, o diálogo com a de *D. Casmurro*, no qual as semelhanças fazem ver melhor as diferenças. Lembremos a abertura do romance de Graciliano:

Antes de iniciar este livro imaginei construí-lo pela divisão do trabalho.

Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Silvestre ficaria com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; prometi ao Arquimedes a composição tipográfica; para a composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo Godim, redator e diretor do *Cruzeiro*. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria o meu nome na capa.

Estive uma semana bastante animado, em conferências com os principais colaboradores, e já via os volumes expostos, um milheiro vendido graças aos elogios que, agora com a morte do Costa Brito, eu meteria na esfomeada *Gazeta*, mediante lambujem. Mas o otimismo levou água na fervura, compreendi que não nos entendíamos. (RAMOS, 1995, p. 5).

A divisão do trabalho é a proposta inicial do livro, mas o narrador não esconde que ela serviria para dar conta de aspectos que ele despreza (“o desenvolvimento das letras nacionais”, feito da somatória de moral, citações latinas, português castiço, tipografia e “composição literária”). Não esconde também que o trabalho alheio não apareceria na capa, onde viria *seu* nome; tampouco tem pejo de dizer que a fama do livro (“mediante lambujem”) pagaria o mérito às relações de favor (graças à morte de

alguém que provavelmente não gostava muito dele, será possível comprar a matéria no jornal). No entanto, mesmo muito adaptada ao estilo do fazendeiro, a “ilusão democrática” dura pouco; logo é deixada de lado por não corresponder aos interesses da escrita do romance, cujo autor ideal e prático será Paulo Honório. Este dispensa os atavios e mesmo as técnicas literárias, para narrar “como se fala”: pressuposto encenado de sinceridade, como o lêem alguns, ou traço característico do mandão, que não precisa aprender nada com os outros?

A abertura de *D. Casmurro* não fala em divisão do trabalho de escrita, nem a especialização do trabalho intelectual poderia estar no horizonte histórico de seu narrador. No entanto a melhor crítica do livro já notou o propósito casmurro de desfazer da idéia de trabalho coletivo, revelando-se, já de início, a propriedade privada das idéias (e das coisas, das quais elas não se diferenciam muito), que pode dar-se, por que não?, por roubo (e sem dispensar o insulto à parte espoliada). Como lembramos, Bento Santiago se apropria do apelido que lhe foi dado por um poeta no bonde, cogita-o para título do livro, dizendo que o poeta lhe perdoará o empréstimo e verá que ele, Casmurro, não lhe guardou rancor – em seguida, emenda: talvez o poeta tome o livro por seu, o que não seria incomum, uma vez que muitos livros não têm de seus autores nem mesmo o título.

No romance de Graciliano a idéia (paródico-acanalhada em Machado) de que o pensamento se faz em várias cabeças ganha uma especificidade a interpretar: o narrador fala em especialização do trabalho, em dia com um imperativo democrático que mandava superar o atraso brasileiro com relação ao modelo moderno (nominal) das relações entre iguais, em que o trabalho teria um lugar objetivo, possibilitado pela constituição da forma-mercadoria. Vale observar, voltando um pouquinho às nossas bases históricas, que a não-especialização do trabalho tem relação direta com a situação do escravo, destinado a diversas tarefas não especializadas, e com a situação do homem livre pobre, destinado a fazer o que “sobrasse” das tarefas dos escravos e a penhorar a si próprio no **favor**. Note-se, voltando a *São Bernardo*, que às fumaças de atualização do pensamento por parte de um homem que se tornou um patriarca rural corresponde uma linguagem algo “fora de lugar”: Paulo Honório, que gosta de escrever “como se fala”, usa justamente um termo técnico, da economia, para descrever seus efêmeros propósitos de escrita a várias mãos. A presença dessa idéia de divisão do trabalho no horizonte de Paulo Honório não me parece casual – ela indica uma situação em que o velho mando rural, para não perder o lugar, se reedita. Note-se que o autor logo desiste da “divisão da escrita”, **mas encontra uma justificativa à altura do bom “espírito democrático”**: melhor dispensar os amantes da retórica, da falsa moral e da autoindulgência – e escrever lisamente, “como se fala”, sem disfarces. Lembremos que nos anos 1930 o velho mando rural vai perdendo lugar, o que todavia não se dava de modo **incontornável**, pois os “coronéis” locais que souberam “atualizar-se” – compondo com o governo federal e passando inclusive a integrar, nominalmente, uma legalidade de fachada – não ficaram de fora no jogo político contemporâneo. O assunto da dimensão coletiva do trabalho e da democratização reaparecerá no *mea culpa* que o proprietário faz de si mesmo no final, e, sob outra perspectiva, está claro, nas atividades de Madalena junto aos trabalhadores de São Bernardo.

Assim como no início do romance de Machado a emergência do tom proprietário e maldoso com relação ao título do livro adianta o tema central da paternidade, também o início de *São Bernardo* adianta o tema da intolerância e da impossibilidade de democratização por parte de Paulo Honório (e do proprietário brasileiro afeito à tradição patriarcal). A emergência abrupta do tom maldoso do Casmurro tem pertinência para a caracterização do tipo social ali figurado; o mesmo vale para o proprietário rural, cuja

truculência, mal disfarçada no “democrata”, **tem algo de defesa de uma posição conquistada com unhas e dentes**. De algum modo, porém, além de caracterizarem o conservador autoritário, essas páginas indicam que só ele poderia dar o melhor (mais verdadeiro?) retrato de si mesmo. É preciso o monstro para bem narrar o monstro, sugere o próprio, afirmando que não diria certas coisas diante dos colegas que o ajudariam a escrever.

Como isso converge com a oportunidade de mostrar-se arrependido, algum fundo positivo parece surgir na composição feita por Graciliano, fundo esse inexistente em Machado de Assis. Um fundo positivo, em que o proprietário pode dar seu testemunho de classe sob o manto do arrependimento (que entretanto não creio ser *apenas* finta no romance). O autoretrato inclui a idéia de uma elite que pudesse ver a si mesma em autoexame rigoroso? Desobrigado de dar satisfação (Paulo Honório escreve finalmente sozinho e a obra será publicada sob pseudônimo, segundo afirma), a “sinceridade” do personagem tem fundamento cínico, ou o cinismo tem algo de sinceridade na autoverificação do monstro? Ambas as coisas? É nesse sentido que penso ser insuficiente chamá-lo de narrador “não-confiável”, como se se tratasse da mesma impostura praticada pelos narradores machadianos da segunda fase.

Lançado o perfil desse proprietário rural, ele passa a contar sua história não para condenar Madalena, mas para condenar a si mesmo. A confissão do impublicável (mas sob pseudônimo, ele promete) diz respeito aos meios ilícitos pelos quais obtém seu patrimônio e ao modo como destrói a mulher. Vistos em contexto, o ciúme de Paulo Honório e sua rememorada falta de escrúpulos adquirem sentido específico.

Conclusão (em aberto)

Gostaria por fim de indicar algo sobre esse sentido do ciúme em *São Bernardo*, que penso estar ligado justamente ao trajeto social do protagonista, em tudo diverso da posição de família herdada por Bentinho.

Paulo Honório, um “iniciador de família”, órfão abandonado pelo pai e pela mãe, é hoje um homem de “muita consideração”, como se lê no terceiro capítulo do livro. Nesse sentido, é uma figura de exceção na elite rural brasileira, cuja posição hierárquica via de regra se mantém por sucessão familiar, no ambiente tradicional do patriarcalismo. Longe de ser um tipo simpático, Paulo Honório visa impressionar o leitor por razões objetivas, que seriam valores, se consideradas **do ponto de vista do capital**: trata-se de um sujeito que galgou a montanha com os próprios pés, um *self made man* local e rural; do ponto de vista do capital, um vencedor (ao menos até certo momento de sua história, quando a autoimagem troca de sinal após a perda de Madalena, provocando entre outras coisas o abandono dos negócios e da propriedade, que vão se arruinando).

Até os dezoito anos Paulo Honório trabalhou na enxada, ganhando “cinco tostões por doze horas de serviço” (RAMOS, 1995, p. 11). Depois de passar quase quatro anos na prisão por bater numa mulher e esfaquear um homem, pensa em ganhar dinheiro. Logo se cola a Pereira, um agiota e chefe político, que lhe empresta dinheiro para depois tirá-lo “músculo e nervo”. Mais tarde, porém, se vinga: em ocasião propícia, é ele quem empresta dinheiro ao Pereira, que hipoteca como garantia a propriedade. Paulo Honório então lhe toma tudo, deixando-o “de tanga” (RAMOS, 1995, p. 12). Mais adiante repete o procedimento com Padilha, tomando para si, como garantia da dívida, a propriedade São Bernardo.

Seu trajeto de ascensão social envolve uma combinação à brasileira entre política local, sistema financeiro (bancos, empréstimos) e roubo (o meio mais ou menos explícito pelo qual Paulo Honório amplia a propriedade); e culmina na formação do empresário capitalista do campo, que talvez, justamente por não ter herdado o patrimônio, tem alma de empreendedor, podendo adaptar-se com mais facilidade aos “novos tempos”.

Curiosamente o desrespeito a uma moça com quem Paulo Honório se engraça, os “cocorutos” que dá nela e o esfaqueamento do homem com quem ela decide ficar, são, segundo o narrador, seus primeiros atos dignos de nota. Já ali, no início de sua formação social – que se completará com a cadeia e a prática de agiota –, o ciúme justifica a violência e mais, atesta o surgimento de um homem que “se dá ao respeito”.

O que vemos depois é a “carreira” de um arrivista à brasileira, que consegue ascender pela fraude, pelo avanço da cerca etc. Quando alcança a almejada posição de classe, Paulo Honório casa-se com Madalena, que, como todos lembramos, vem de outra extração social. No capítulo a que me referi há pouco, aquele em que refaz sua gênese, Paulo Honório dá graças por ser o iniciador de uma família, porque assim não tem de agüentar parentes pobres. O desejo dúbio de não ter por perto parentes que o lembrassem de sua própria origem encontra vazão no casamento. Os modos do valente que acaba na cadeia irão se naturalizar no proprietário como destrato.

Graciliano formaliza a posição de classe do *parvenu* local, que, penso eu, faz do ciúme um modo de revidar a opressão anteriormente sofrida na própria pele.

Referências Bibliográficas

- [1] FACIOLI, Valentim. “Dettera: ilusão e verdade – sobre a (im)propriedade em alguns narradores de Graciliano Ramos”. In *Revista do IEB* n° 35, São Paulo, 1993, p. 43 - 68.
- [2] SCHWARZ, Roberto. “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*”. In *Seqüências brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p. 7 – 42.
- [3] LAFETÁ, João Luiz. “O mundo à revelia”. In *A dimensão da noite*. São Paulo, Editora 34, 2005. p. 72 – 102.
- [4] RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1995. 63. ed.

ⁱ Autor

Ana Paula PACHECO, Profª Drª.

Universidade de São Paulo (USP)

Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada (DTLLC)

e-mail: anapaulapacheco@usp.br